

SUMÁRIO

<i>Nota Explicativa</i>	11
<i>Capítulo I – Noções Introdutórias</i>	
1. <i>Tutela jurisdicional</i>	13
2. <i>A ineficiência do sistema</i>	16
3. <i>A busca de alternativas</i>	19
4. <i>A via jurisdicional e a plena realização dos direitos</i>	20
5. <i>As tutelas diferenciadas</i>	26
6. <i>Justificativas para adoção de tutelas sumárias</i>	27
<i>Capítulo II – Notícia Histórica sobre a Tutela Cautelar (Provisória)</i>	30
<i>Capítulo III – Breve Estudo de Direito Comparado</i>	
1. <i>A tutela cautelar nos ordenamentos estrangeiros</i>	35
2. <i>A tutela sumária no Brasil e na Itália: comparação</i>	47
3. <i>A tutela sumária no Brasil, na Alemanha e na França: comparação</i>	55
4. <i>A tutela sumária nos Países da Common Law: comparação</i>	58
<i>Capítulo IV – Garantia Constitucional da Ação e Tutela Jurisdicional</i>	
1. <i>Tutela jurisdicional e direito constitucional de ação</i>	61
2. <i>Direito de ação: perspectiva constitucional</i>	64
3. <i>Garantia do devido processo constitucional</i>	67
4. <i>Garantia constitucional de ação e o resultado da atividade jurisdicional. Acesso efetivo ao processo e à ordem jurídica justa</i>	71
5. <i>Efetividade como conteúdo da garantia constitucional da ação. Visão bilateral do fenômeno</i>	76
6. <i>Tutela provisória e garantia constitucional de acesso à Justiça</i>	81
7. <i>Tutela provisória e Poder Público</i>	86
8. <i>Tutela provisória e valores constitucionais conflitantes</i>	90
9. <i>O juiz e o contraditório</i>	92
10. <i>O direito de ação, a inércia da jurisdição e o contraditório</i>	94
11. <i>O contraditório e as questões de ordem pública</i>	98
<i>Capítulo V – Tutelas Sumárias</i>	
1. <i>As modalidades de tutela jurisdicional</i>	101

2. <i>A efetividade da tutela versando sobre a exigibilidade de obrigação: sentença executiva ou executiva “lato sensu” e sentença mandamental</i>	103
3. <i>Tutelas satisfativas</i>	109
4. <i>Técnicas para obtenção da tutela satisfativa</i>	110
5. <i>O tempo e a efetividade do processo</i>	114
6. <i>Cognição sumária e cognição plena</i>	116
7. <i>Tutela sumária</i>	117
8. <i>Tutela provisória antecipada e cautelar</i>	120
9. <i>Tutela provisória: premissas</i>	122
10. <i>Antecipação de efeitos da tutela final e tutela sumária</i>	127
11. <i>Ainda sobre as técnicas provisoriamente antecipatórias</i>	132
12. <i>Identificação da tutela provisória: relevância</i>	136
13. <i>Instrumentalidade da tutela provisória</i>	139
14. <i>As tutelas antecipada e cautelar: seu conteúdo e sua função no sistema processual</i>	144
15. <i>Estrutura da tutela cautelar: ainda a provisoriedade</i>	148
16. <i>Revogabilidade das tutelas provisórias de urgência e da evidência</i>	153
17. <i>Insuficiência do critério funcional para caracterização da tutela sumária provisória</i>	156
18. <i>Tutela provisória de urgência</i>	161
19. <i>Classificação da tutela cautelar</i>	164
20. <i>O mérito da tutela provisória de urgência</i>	168
21. <i>Tutela provisória de urgência e “periculum in mora”</i>	169
22. <i>Tutela provisória de urgência e tutela preventiva</i>	170
23. <i>Identificação do “periculum in mora”</i>	174
24. <i>Tutela provisória de urgência e intensidade do perigo</i>	176
25. <i>O perigo, a tutela de urgência (genérica e específica) e a tutela sumária da evidência</i>	179
26. <i>Tutela provisória e relação material</i>	182
27. <i>A instrumentalidade hipotética</i>	186
28. <i>Tutela cautelar: terceiro gênero?</i>	189
29. <i>Espécies de tutela cognitiva e antecipação provisória de efeitos</i>	198
30. <i>Tutela provisória: acolhimento e rejeição da pretensão substancial</i>	199
31. <i>Tutela provisória satisfativa: suposta antinomia</i>	202
32. <i>O caráter satisfativo da tutela jurisdicional</i>	207
33. <i>Satisfatividade e referibilidade</i>	212
34. <i>A correta compreensão da técnica cautelar</i>	215
35. <i>Poder geral de concessão da tutela provisória</i>	223
36. <i>Tutela provisória e eficácia imediata de atos judiciais sujeitos a impugnação</i> ..	228
37. <i>Tutela cautelar: síntese conclusiva</i>	231
38. <i>Tutela sumária definitiva e tutela provisória</i>	234
39. <i>Eventual insuficiência da tutela provisória de urgência</i>	239
40. <i>Ainda sobre a tutela sumária provisória e definitiva</i>	243

41. Tutela sumária não cautelar	250
42. Classificação da tutela jurisdicional	260
43. Provisoriedade das tutelas sumárias cautelares e não cautelares	262
44. Tutela sumária definitiva e imutabilidade da decisão	265
45. Tutela sumária urgente e irreversível	266
46. O perigo de dano concreto e o dano marginal	268
47. A opção entre as modalidades de tutela sumária	270
48. Observações críticas sobre a generalização da tutela sumária definitiva	274
49. Tutela sumária não cautelar: via excepcional de solução de controvérsias	276
50. Tutela sumária definitiva: o perigo da radicalização	287

Capítulo VI – Tutela Provisória de Urgência (Antecipada e Cautelar) e da Evidência

1. Noções introdutórias

1.1 Considerações sobre a natureza jurídica da tutela provisória	292
1.2 Espécies de tutela provisória: urgência e evidência	295
1.3 Tutela provisória antecipada: urgência e evidência no Código de 1973	296
1.4 Tutela diferenciada de urgência e da evidência: aspectos da técnica procedimental e de caráter substancial	298
1.5 Espécies de tutela provisória de urgência: identidade de escopos	301
1.6 Tutelas de urgência antecipada e cautelar: divergência terminológica	302
1.7 Tutelas antecipada e cautelar: semelhanças e diferenças	304
1.8 Tutelas provisória e definitiva no Código de 2015	306

2. Tutela provisória – Considerações gerais

2.1 Efetivação da tutela provisória (CPC, art. 297)	308
2.2 Fundamentação da decisão e tutela provisória (art. 298)	312
2.3 Discricionariedade judicial	313
2.4 Tutela provisória e competência (art. 299)	315
2.5 Legitimidade para postular a tutela provisória	319
2.6 Tutela provisória “ex officio”	320
2.7 Fungibilidade ontem e hoje	325
2.8 Tutela provisória e contraditório	329
2.9 Tutela provisória e adstrição	337
2.10 Tutela provisória – Improcedência do pedido	339

3. Tutela provisória de urgência: considerações introdutórias

3.1 Requisitos: verossimilhança e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo	346
3.1.1 Verossimilhança e prova inequívoca: CPC/1973 e CPC/2015	346
3.1.2 Perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo	351
3.2 Tutela provisória de urgência e caução (art. 300, § 1º)	353
3.3 Liminar e justificação prévia (CPC, art. 300, § 2º)	357
3.4 Tutela provisória de urgência antecipada e reversibilidade dos efeitos (art. 300, § 3º)	357

3.4.1	Tutela antecipada e efeitos irreversíveis	359
3.4.2	Tutela antecipada: conteúdo satisfativo e irreversibilidade	369
3.5	Responsabilidade objetiva (art. 302)	370
4.	Tutela provisória de urgência antecipada: considerações iniciais	372
4.1	Utilidade da distinção entre tutela cautelar e tutela antecipada	373
4.2	A opção pela tutela sumária definitiva	376
4.3	A generalização da tutela antecipada	379
4.4	Medida liminar e antecipação de efeitos da tutela final	381
4.5	A antecipação da tutela jurisdicional no sistema processual brasileiro	383
4.6	A doutrina brasileira e a natureza jurídica da tutela antecipada	384
4.7	Tutela provisória de urgência antecipada: provisoriedade, instrumentalidade e satisfatividade	387
4.8	Tutela provisória antecipada: limitação aos efeitos do provimento final ...	389
4.9	Tutela antecipada e tutela final	395
4.9.1	Tutela antecipada e natureza da tutela final	397
4.10	Tutela antecipada e julgamento antecipado	401
4.11	Momento da antecipação, natureza da decisão e recurso	403
4.12	Eficácia imediata da tutela provisória antecipada: aparente paradoxo	411
4.13	Indeferimento da antecipação e procedência do pedido	413
4.14	Tutela antecipada e cumprimento provisório da sentença	414
4.15	Pretensão parcialmente incontroversa: da tutela antecipada ao julgamento parcial do mérito	418
4.16	Antecipação prévia e incidental	421
4.17	A tutela antecipada e o eventual processo de cognição exauriente	423
4.18	A nova configuração da tutela antecipada	425
4.19	Síntese da proposta apresentada no Anteprojeto do IBDP e o CPC/2015 ..	431
5.	Tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente ...	435
5.1	Concessão da tutela antecipada	436
5.2	Estabilização da tutela antecipada	438
5.3	Estabilização e recurso	443
5.4	Estabilização e demanda autônoma de impugnação	448
5.5	Improcedência do pedido de tutela definitiva	452
6.	Tutela provisória de urgência cautelar requerida em caráter antecedente: requisitos da inicial	452
6.1	Aspectos procedimentais	453
6.2	Revelia	454
6.3	As duas fases do procedimento	455
6.4	Indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente	456
7.	Tutela da evidência	457
7.1	Hipóteses legais	459
7.1.1	Comportamento do réu	459

7.1.2 Prova documental de tese jurídica firmada em precedentes	463
7.1.3 Pedido reipersecutório fundado em prova documental	464
7.1.4 Prova documental não impugnada	464
7.2 Tutela da evidência e liminar	465
<i>Capítulo VII – Conclusão</i>	467
<i>Bibliografia</i>	473